



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE REESTUTURAÇÃO
PRODUTIVA**

Dariana Maria Silvino¹
Aryanny Fadja Bernardo do Nascimento²
Gleidiane Almeida de Freitas³
Teresinha Fernandes Dantas Sousa⁴

Resumo: O mundo do trabalho vem sofrendo profundas mudanças, desde a crise de 1970. De cíclica, pontual, para estrutural e sistêmica, inerente ao modo de produção capitalista, erguido na exploração da força de trabalho, impactando todas as dimensões da vida em sociedade, afetando à atuação do Serviço Social, seja na precarização no âmbito de trabalho, flexibilização dos direitos e garantias sociais.

Palavras-chave: Trabalho. Reestruturação Produtiva. Neoliberalismo. Serviço Social. Saúde.

Abstract: The world of work has undergone profound changes since the crisis of 1970. Cyclical, punctual, structural and systemic, inherent in the capitalist mode of production, erected in the exploitation of the workforce. Impacting all dimensions of life in society, affecting the work of Social Service, whether in the precarization in the work scope, flexibilization of rights and social guarantees.

Keywords: Job. Productive Restructuring. Neoliberalism. Health. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar os rebatimentos da reestruturação produtiva na atuação do Serviço Social, particularmente no campo da Saúde, em que são colocados novos desafios/exigências pactuadas pelo ideário neoliberal e neoconservador, dificultando a implementação/materialização da intervenção dos(as) assistentes sociais, devido aos processos de precarização nas condições trabalhistas da respectiva categoria. Nesse cenário de agudização das expressões da questão social, o Serviço Social sofre intensas pressões, a partir do contexto de flexibilização das relações de trabalho, como também pela presença do Estado mínimo para o social, que acaba refletindo negativamente e diretamente na vida dos usuários que tanto necessitam utilizar os serviços públicos.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, E-mail: darianamaria@hotmail.com.br.

² Profissional de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, E-mail: darianamaria@hotmail.com.br.

³ Profissional de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, E-mail: darianamaria@hotmail.com.br.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, E-mail: darianamaria@hotmail.com.br.

Dessa maneira, os(as) assistentes sociais devem utilizar estratégias para enfrentar os múltiplos processos de sucateamento e privatização, frente às precárias condições de exploração, insegurança, desemprego, e rebaixamento salarial enfrentados pela categoria, bem como na luta pela garantia dos direitos sociais para todos(as). Frente aos impactos no mundo do trabalho, o profissional mobiliza-se trazendo as peculiaridades do Serviço Social, que atua diretamente no campo das políticas sociais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E MUDANÇA NAS FORMAS DE TRABALHO

O universo do trabalho vem sofrendo, como nos lembra Antunes (1995), “mudanças profundas”, seja no âmbito político, cultural, social, econômico ou tecnológico, ocasionado por superprodução e superacumulação, ocorrida nos anos de 1970. Evidenciamos não apenas uma crise “cíclica”, pontual, conjuntural, mas “estrutural e sistêmica do capital” Mézarós (2010).

Quatro aspectos são destacados por Mézarós (2010). Para explicá-los, caráter “global”, o que acontece em determinado lugar, região, afeta todos, é “permanente e rastejante”, pois não existe capitalismo sem crises. O mesmo, para existir, necessita reinventar as forças produtivas, maneiras de dominação e exploração, nesse processo de acumulação e descentralização de capitais.

Nas sociedades pré-capitalista, escravismo e feudalismo não havia forças produtivas autossuficientes. Com o capitalismo, crescia a capacidade de produzir riquezas, ao mesmo tempo aumentava a pobreza, estreitando os laços comerciais, permitindo “transformações societárias” (1996) nunca vistas antes, porém sobre meios “bárbaros”:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século [...] em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo e se desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. (ANTUNES, 1996, p. 23-24).

São nas crises que o capitalismo se transforma, com maior intensidade, reinventa, demandando diferentes fases, mudanças profundas visíveis na década de 1980.

2.1 Capitalismo concorrencial, imperialista, monopolista e neoliberal

No período do capitalismo concorrencial e liberal tínhamos os pequenos comerciantes disputando entre si a obtenção de mercado consumidor. No imperialismo, as grandes potências como Estados Unidos e Inglaterra buscavam riquezas, descobrir países para explorar, dominar e conseqüentemente expandir os lucros. Na era da financeirização, o capital industrial aliou-se ao capital bancário, surgindo o capital financeiro. Temos assim a

dominação de uma “oligarquia financeira global” Netto (1996), para então concentrar a produção e centralizar riquezas.

Os bancos passaram a ser os grandes articuladores, controladores da economia, ditando as regras do mercado, exemplo das bolsas de valores, existindo em todo o mundo, através da posse das ações. Na conjuntura monopolista, veio a abertura total das grandes empresas internacionais, controlando entre si a economia, comércio, as relações da vida em sociedade.

As multinacionais são instaladas em países sem tradição, ocorrendo a desterritorialização para absorver o vasto mercado, havendo transnacionalidade, sem estabelecer um limite de domínio na expansão. Nesse cenário, são feitas as fusões entre as maiores empresas para deterem o poder, controle, monopólio, tendo maiores chances de ampliação de capitais, surgindo os famosos oligopólios, dominando as esferas da vida em sociabilidade:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade [...] desconcentração industrial [...] Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) [...]. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante em várias partes do capitalismo globalizado. (ANTUNES, 1995, p. 24).

Outros modelos de trabalho surgem no decorrer do tempo. No processo fordista/taylorista, a produção em massa, consumo em massa, produtos homogêneos, controle do tempo, uso do cronômetro, esteira, produção em série, padronizada, trabalho parcelar e fragmentação das funções (Antunes, 1995). Inúmeras mutações foram causadas no interior do trabalho, desde o fordismo:

Compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo de século. [...] O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho. (ANTUNESS, 1995, p. 24-25).

É notório como o fordismo/taylorismo estiveram tão presentes no universo do trabalho, na grande indústria e ditando o ritmo de labor. O uso da esteira, lugar fixo, executando uma só função, trazendo a alienação do trabalhador, não se reconhecendo enquanto produtor da riqueza, chegando a especializar apenas numa parte do produto, não precisando conhecer todos os processos da produção.

Sem dúvida, no toyotismo “profundas mudanças” foram introduzidas no “mundo do trabalho” em escala global, nunca vivido antes, (Antunes, 1995). Agora só se produz o necessário, de acordo com a demanda, mercadorias variadas, personalizadas, estoque

mínimo, empresa enxuta. As palavras de ordem são “flexibilidade” “*just in time*”, “controle de qualidade”.

A solução para a crise é a reestruturação. Na década de 1990, novas alternativas surgiram às tradicionais formas de trabalho, através da automação, tecnologia, pela fragmentação no “mundo do trabalho” (Antunes, 1995). O operário desempenha uma única tarefa. Na reestruturação produtiva, houve a substituição da fábrica pela empresa, flexibilização, redução de direitos sociais e trabalhistas, desqualificação, terceirização, informalidade, trabalho temporário, parcial, *part-time*, subcontratação, além da inserção de “mão de obra mais barata como a feminina e imigrante” (Netto, 1996).

Uma verdadeira “subsunção real e formal do trabalho ao capital” (Amaral e Mota, 1998). O “subproletariado” manuseia com várias máquinas, cada vez mais especializando, exigido maior qualificação, polivalência, desempenha diversas funções, transformando em trabalhadores multifuncionais aos ditames do capital, internacional. O empregado já não se sente preso ao sistema, rígido, hierárquico, como nos tempos do fordismo/taylorismo. Trabalha na sua moradia, estabelece a própria jornada, é chamado de colaborador, parceiro, vestindo a camisa da empresa. O capitalismo faz o trabalhador se sentir parte do negócio, nos lembra Amaral e Mota (1998).

Nesse contexto, as palavras de ordem são reestruturação, flexibilização, focalização, precarização, terceirização, redução de direitos sociais e trabalhistas, conquistados a duras lutas da classe trabalhadora. A Reforma da Previdência, privatização dos bens públicos, juntamente da ofensa neoliberal e reestruturação produtiva, são nefastos para a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1995). Temos de um lado trabalhadores estáveis, de carteira assinada, do outro os instáveis, informais, terceirizados, subcontratados, flexíveis, ocupando os piores empregos.

Pessoas em todo o mundo estão sujeitas a perderem os postos de trabalho. Os que conseguem manter-se empregados são “aviltados”, com intensa pressão, adoecimento e sofrimento “no e fora do trabalho” (Antunes, 1995). Nesse cenário de transformações, existe a desindicalização, desarticulação dos movimentos sociais, poder de greve, imprescindíveis na garantia dos direitos sociais. Os trabalhadores informais, subcontratados, precários, instáveis não se reconhecem nos espaços de lutas como “sujeitos coletivos ou pertencentes enquanto classe” (Netto, 1996). É preciso, portanto, universalizar as demandas, não apenas “lutas defensivas”, mas articulação, organização contra o capital internacional, na sua fase globalizante Netto (1996).

Rebatimentos que chegam à “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1995), desarticulação sindical e movimentos sociais, perda do poder de greve, enfraquecendo a luta geral do operariado. O neoconservadorismo fortemente presente no Brasil, no cenário autoritário, preconceituoso, com forte criminalização dos mais pobres, penaliza negros,

favelados, mulheres, índios, seguimentos LGBT e MST. A violência, tende a ser despolitizada. “A TV, a internet, e revistas de grande circulação-falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas violentas, uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia” (BARROCO, 2011, p. 208). Estamos vivenciando uma verdadeira barbárie, desumanização, forte consumismo, egoísmo, individualismo, competição, negação de direitos e de liberdades.

Porém a história não é linear, previsível, construída e reconstruída. Nos momentos cruciais a humanidade faz as escolhas. Restam algumas indagações: qual projeto societário construir, inclusivo ou excludente, libertador ou alto destrutivo? Outra sociabilidade, sem opressão, dominação e exploração, de classe, raça, etnia, gênero é possível? Há lutas sociais em defesa do trabalho, que dignifiquem e não transformem seres “humanos em objetos”, mercadorias, onde as pessoas possam aproveitar o “lazer, gozo, fruição da vida”? (ANTUNES, 1995).

3 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Em uma sociedade regida pelos ditames do capital, conseguindo a cada crise se reinventar, renovar-se, fortalecendo sua dinâmica, a classe trabalhadora sofre cada vez mais com um duro processo de exploração, regressão, e violação dos seus direitos, uma sociabilidade exposta pelas desproporções econômicas e sociais.

É nesse amplo processo de crise, reestruturação produtiva e mudanças no seio do capitalismo burguês que as expressões da questão social se tornam mais visíveis, acentuam-se os níveis de desigualdades. Assim “a *questão social* é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das disparidades e lutas sociais dela decorrentes. O anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. (IAMAMOTO, 2010, p. 165).

Essas expressões da questão social fazem surgir outras modalidades de emprego e inserção dos(as) trabalhadores(as) no mercado de trabalho, entre eles o informal, como abordado anteriormente, e esse contexto acrescido da regressão de direitos irá rebater também no trabalho desenvolvido por profissionais em diversas profissões, como a do(a) assistente social, em especial na saúde.

Assim, compreendemos que a questão social reflete as contradições do capital e do trabalho, sendo acirrado por um cenário que se torna cada vez mais conservador, o qual lamamoto diz atingir “as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, [...] estimula um clima de incertezas e desesperanças”. (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

Dessa forma, na medida em que os interesses do capital vão sendo atendidos, ocasionando assim, o desenvolvimento econômico, a vida cotidiana dos(as)

trabalhadores(as) percebe uma degradação da vida humana, exigindo deles cada vez mais a procura por serviços, a necessidade que seus direitos sejam garantidos, entretanto, diversas vezes, suas demandas acabam não sendo atendidas.

Nesse contexto cabe salientar, apesar de vivenciarem esse cenário, de aprofundamento das múltiplas faces da questão social, como nos afirma Iamamoto (2000), é momento em que os(as) trabalhadores expressam sua rebeldia, criam formas de lutas e enfrentamento. Evidencia-se, no atual estágio do capitalismo, que é preciso criar estratégias cotidianamente, nas diferentes áreas, nas quais os(as) trabalhadores(as) se inserem, a fim de terem uma qualidade de vida, direitos garantidos, promovendo um desafio aos profissionais de Serviço Social que tem a questão social enquanto “base de sua fundação como especialização do trabalho” (IDEM, 2000, p. 27).

4 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Rachelis (2009), as transformações ocorridas nos anos 1970 a 1990 constituíram regressões em direitos, que desencadearam o alargamento das desigualdades, ocasionando modificações nas relações de trabalho e no escopo do Estado originado pela reforma gerencial que rebate fortemente nas redefinições no campo da proteção social.

A reorganização produtiva acabou afetando as relações do mercado de trabalho, como também rebateu fortemente na categoria profissional do Serviço Social, que constitui uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e atua diretamente nas políticas públicas, sendo refletida por meio de processos de sucateamento, privatização, fragmentação e precarização devido ao sistema de acumulação flexível do capital, sucedendo assim em transformações societárias. (IAMAMOTO, 2010).

Desse modo, podemos compreender que Serviço Social é inserido no seio da sociabilidade capitalista. Ele está vinculado à dinâmica da contradição capital (apropriação dos meios de produção) versus trabalho (força de trabalho), por meio da questão social. Diante disso, os(as) assistentes sociais acabam sofrendo alguns impactos por constituir um trabalhador(a) assalariado para atuar diretamente no campo das políticas sociais; consiste em uma resposta fragmentada das disparidades socioeconômicas para materializar direitos. (CEOLIN, 2014).

De acordo com Iamamoto (2009), esses processos estão atrelados à ótica neoliberal que acaba desencadeando limites e desafios para implementar uma atuação crítica nos espaços sócio-ocupacionais, também para assegurar o comprometimento com o projeto ético-político que consiste na autoimagem da profissão de garantir e defender valores como liberdade, democracia, igualdade e a justiça social.

É interessante destacar no processo de trabalho do(a) assistente social a existência da autonomia relativa, pois nem sempre depende do profissional (condições materiais e estruturais), e sim, da parte das instituições e o empregador maior (Estado), existindo com isso limites/possibilidades a serem enfrentados nos espaços sócio-ocupacionais. Desse modo, ocorre frequentemente a ausência do Estado, que deveria investir no âmbito público. Ele acaba se desresponsabilizando de suas ações e penalizando a classe trabalhadora para fortalecer a hegemonia do capital financeiro. (IAMAMOTO, 2010). Isso acaba refletindo nas condições de trabalho e na vida dos usuários que utilizam os serviços.

As iniciativas neoliberais e as expressões da questão social estão cada vez mais perceptíveis no atual estágio de acumulação capitalista. Na saúde não é diferente. Há uma superlotação dos leitos nos diversos setores do hospital, os espaços são insuficientes para a demanda e alta rotatividade. A exemplo disso, trazemos a realidade que chega ao Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia⁵, pois o hospital atende toda a região oeste do Rio grande do Norte e de estados vizinhos como Ceará e Paraíba, sem deixar de relatar que a estrutura física do HRTM é a mesma de sua fundação, há 30 anos.

A luta pela efetivação de um projeto profissional construído coletivamente também se constitui desafiador no HRTM. Com relação à Declaração de Óbito (DO), algumas profissionais da categoria preenchem esse documento, outras se negam. De acordo com a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.601/200013, o profissional de medicina que atestar o óbito deverá preencher a DO, no entanto, por vezes, se verifica que os(as) mesmos acabam passando ao assistente social essa atividade que não é nem competência, nem atribuição profissional de assistentes sociais, se constituindo uma atribuição privativa do(a) médico(a). E mais, os(as) assistentes sociais não intervêm diretamente no adoecimento e suas causas, e sim na violação e na concretização dos direitos.

A partir de observações realizadas durante o estágio obrigatório supervisionado I, II e III, podemos trazer situações que comprovem a fragilidade, obstáculos e desafios postos ao Serviço Social na saúde como usuários que necessitava da realização do exame de ultrassonografia, endoscopia, tomografia e raio-X.

Essas condições estruturais rebatem diretamente na prestação de serviço dos(as) assistentes sociais. Para ter alguma informação relacionada às(aos) usuárias(os), as ligações são feitas às vezes pelo celular das profissionais, porque os telefones da instituição chegaram a ser cortados por falta de pagamento, e só fazem chamada para fixos. As funções prestadas pelo Serviço Social dentro do HRTM são inúmeras, desde a autorização

⁵ Ocorreu o estágio obrigatório supervisionado I, II e III no Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia-HRTM, em Mossoró (RN).

de refeições, crachás, o boletim diário das condições de saúde de cada indivíduo, que é atualizado, aproximadamente, três vezes ao dia, os termos de responsabilidade acerca de saídas não autorizadas pelos médicos, até a autorização para realização de exames.

Frente à lógica de reversão de direitos, segundo Raichelis (2011), os impactos da crise do capital implicam intensivamente as relações e condições de trabalho dos(as) assistentes sociais, em especial na política de saúde, por meio de novos modelos de gestão que rebatem nas redefinições das políticas públicas, tais como processos de terceirização, privatização, precarização do público, o que acaba penalizando os diversos trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para subsistir, tendo de elaborar novas estratégias e agendas de luta para “remar contra a maré” e, principalmente, de resistir ao contexto de retrocessos, desmontes de direitos sociais, civis e políticos que estamos vivenciando.

Ainda na interpretação de Raichelis (2011), podemos compreender as condições dos(as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, a qual é submetida:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge o trabalhador do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão por aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazos, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (p. 422).

Nesse sentido, a categoria profissional do Serviço Social sofre intensivamente com os múltiplos processos de violação de direitos, a começar pela precarização do trabalho, devido à falta de condições subjetivas e objetivas que viabilizem o seu trabalho. As formas de terceirização ou subcontratação acabam ocasionando o rebaixamento dos salários, fragmentam suas ações e afetam a aceitação da mão de obra barata, contribuindo para a desvalorização da profissão. Outro aspecto relevante é a realização de várias funções ao mesmo tempo, bem como a necessidade de respostas imediatas.

Com isso, o corpo profissional do setor de Serviço Social enfrenta inúmeros desafios, como o cumprimento da Lei 8. 080/90, das resoluções do CFESS⁶, do Código de Ética (1993), e dos parâmetros de atuação da(o) assistente social na política de saúde, que vem trazendo as competências e atribuições privativas do Serviço Social, tendo em vista a sobrecarga no trabalho com o reduzido quadro de funcionárias(os), limitado investimento financeiro, entre outros.

⁶ Resolução 493 – dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional; preenchimento de Declaração de óbito.

O setor de atendimento do Serviço Social é pequeno. O (HRTM) é classificado como sendo de urgência e emergência devido à alta rotatividade de usuárias(os); fica difícil manter o sigilo profissional resguardado no código de ética profissional, sendo que muitas vezes as(os) usuárias(os) relatam fatos da sua vida pessoal e outras pessoas acabam escutando, porque o espaço tanto do Pronto Socorro (PS) como nas clínicas que comporta as profissionais, usuárias(os) e estagiárias, possui alta rotatividade de pessoas. As portas ficam abertas, enfim, as condições estruturais não se adequa para resguardar o sigilo profissional.

A luta pela efetivação de um fazer profissional voltado a atribuições privativas das(os) assistentes sociais ainda é um desafio, diante de tal estado de privatização e de redução dos direitos sociais. É preciso que haja a construção do projeto de trabalho e a categoria se articule para, dessa forma, organizar o fortalecimento do Serviço Social no HRTM, possibilitando melhor atendimento às(aos) usuárias(os). Diante de todo esse contexto relatado, é essencial fortalecer e reativar a frente Mossoroense contra a privatização da saúde, criada em 2012, pois trabalhar em coletividade e com a participação da população se faz de suma importância na luta pela defesa da Saúde Pública e de qualidade.

Portanto, nesse cenário perverso de transformação societária pactuada pela reorganização produtiva e lógica neoliberal, o(a) assistente social vivencia no seu espaço ocupacional situações de banalização do trabalho, devido às condições precárias, intensificação do ritmo de trabalho, acúmulo de tarefas, vínculos temporários, baixos salários, com também questões relacionadas aos recursos insuficientes, ao tocante o desfinanciamento público, focalização e precarização das políticas frente às demandas postas pelos usuários em relação à violência, à pobreza e exploração. Diante disso, o profissional de Serviço Social deve criar estratégias e possibilidades para garantir a luta coletiva pela materialização do projeto ético político na busca e defesa de uma nova sociabilidade pactuada pelos valores sociais que vão contra à órbita do capital.

5 CONCLUSÃO

Diante da discussão que realizamos até aqui, reforçamos a importância da organização, articulação da categoria profissional em defesa e garantia dos princípios e valores que estão pactuados no projeto ético e político do Serviço Social e do Código de Ética (CE), para o fortalecimento da cidadania e melhor exercício profissional, promovendo a viabilização dos direitos sociais, civis e políticos, apesar dos desafios que se apresentam cotidianamente.

No contexto que estamos vivenciando, dos ideais neoliberais, a realidade nos aponta para a degradação da vida humana. As situações na vida social atingem patamares cada

vez mais difíceis para a classe trabalhadora, o que demanda cada vez mais procura por serviços público, e conseqüentemente para os(as) assistentes sociais.

Para além disso, os serviços públicos, equipamentos sociais, passam também por grande precarização e sucateamento. Processos de redução dos investimentos para as políticas sociais aumentam, havendo maiores dificuldades no acesso desses serviços, desafios para os profissionais realizarem. Por isso, os(as) assistentes sociais precisam resistir diante de uma realidade que a cada dia vem aumentando o cenário de desigualdades, requerendo também engajamento técnico e político para se colocar frente a questões de contrarreforma, buscando a superação da barbárie, em busca da humanização, em articulação e luta junto da classe trabalhadora contra os ditames do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, M. L. S. **Barbárie e neoconservadorismo:** os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 106. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização e impactos no Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo; Cortez, nº 118, abr/jun, 2014, p.239-264.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS (org) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZARÓS, Istvan. **Das crises cíclicas à crise estrutural**, In: MÉSZÁROS, Istvan. Atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. **Serviço social brasileiro:** cenários e perspectivas nos anos 2000 In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.). Cenários contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social:** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade. 50, Ano XVII, Abril/1996.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo; Cortez, nº 107, jul/ set, 2011, p. 420-237.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (org) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.